

AS REPRESENTAÇÕES CINEMATOGRAFICAS DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE NA AMAZÔNIA

CINEMATOGRAPHIC REPRESENTATIONS OF THE SOCIO-ENVIRONMENTAL
CONFLICTS AROUND THE BELO MONTE HYDROELECTRIC PLANT IN AMAZON

Resumo

O presente estudo aborda os conflitos socioambientais em torno da construção e execução da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, situada no estado do Pará, por meio da análise de dois filmes documentários que tratam desse problema: *Belo Monte: anúncio de uma guerra* (2016) de André D'Elia e *Belo Monte: depois da inundação* (2016) de Todd Southgate. A perspectiva da pesquisa relaciona duas subáreas da sociologia: sociologia do cinema e a sociologia dos conflitos socioambientais, com o objetivo de melhor compreender um dos principais focos de tensão econômica e socioambiental na Amazônia, que são as usinas hidrelétricas, ao lado de outros problemas graves, tais como a ação do agronegócio, a extração de madeiras, a grilagem de terras, a ação do garimpo e as queimadas. O artigo trata das questões de Belo Monte, como um exemplo de conflagração de interesses distintos, de um lado, indígenas, ribeirinhos, pequenos pescadores e agricultores e, de outro, empreiteiras, empresas e o Estado, representado principalmente pelo poder executivo, que na maior parte desses conflitos se coloca ao lado dos empreendimentos privados. Para a realização da pesquisa foi utilizado a análise textual dos filmes, no qual se decompõe a obra filmica em segmentos a serem estudados separadamente e depois são reagrupados para compreensão totalizante do filme. E para a análise de textos foi aplicada a análise de conteúdo, no qual se observa detidamente os escritos e em seguida faz inferências interpretativas do texto, relacionando as proposições consideradas corretas.

Palavras-chave: Sociologia da Arte; conflitos socioambientais; Usina Hidrelétrica de Belo Monte; Amazônia.

Abstract

The present study addresses the socio-environmental conflicts surrounding the construction and execution of the Belo Monte hydroelectric plant, located in the state of Pará, through the analysis of two documentary films that deal with this problem: *Belo Monte: anúncio de uma guerra* (2016) by André D'Elia and *Belo Monte, depois da inundação* (2016)

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: humbertoalves@unir.br

by Todd Southgate. The perspective of the research relates two subareas of sociology: the sociology of cinema and the sociology of socio-environmental conflicts, with the aim of better understanding one of the main focuses of economic and socio-environmental tension in the Amazon, which are hydroelectric plants, alongside other serious problems, such as agribusiness, wood extraction, land grabbing, mining and burning. The article deals with the issues of Belo Monte, as an example of the conflagration of different interests, on the one hand, indigenous, riverside, small fishermen and farmers and, on the other, contractors, companies and the State, represented mainly by the executive branch, which in the Most of these conflicts are on the side of private enterprises. To carry out the research, textual analysis of the films was used, in which the filmic work is decomposed into segments to be studied separately and then regrouped for a total understanding of the film. And for the analysis of texts, content analysis was applied, in which the writings are closely observed and then make interpretative inferences from the text, relating the propositions considered correct.

Keywords: Sociology of Art; socio-environmental conflicts; Belo Monte Hydroelectric Power Plant; Amazônia.

INTRODUÇÃO

A produção de filmes documentários, longas e curtas metragens sobre a região da Amazônia brasileira, em especial sobre a floresta e seus habitantes, é ampla, remonta às décadas de 1920, com filmes como *No Paiz das Amazonas* (1922) de Silvino Santos. Entretanto, é a partir dos anos 1980 que os documentários se consolidam em uma filmografia constante. Não por acaso, com o fim da Ditadura Militar de 1964 e com a redemocratização do Brasil em 1985, esse momento de abertura democrática estimulou a produção de documentários que em sua maior parte segue a temática ambiental, apontando a destruição da maior floresta tropical do mundo, narrando e perscrutando os motivos da devastação socioambiental no território amazônico e os surgimentos de novos movimentos sociais em defesa da floresta e de suas populações.

Ao longo desses últimos quarenta anos, as produções fílmicas sobre a Amazônia aumentaram, como cresceu também de modo vertiginoso a destruição da floresta. Os documentários de maior relevo foram produzidos nas duas últimas décadas tendo como maior objetivo mostrar a degradação socioambiental da região e a organização de movimentos que atuam na defesa dos ecossistemas e dos povos originários. É o caso de filmes como: *Amazônia: heranças de uma utopia* (2005) de Ricardo Favilla Ferreira; *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163* (2005) de Thieres Mesquita; *Corumbiara* (2007) de Vincent Carelli; *Expedito: em busca de outros nortes* (2007) de Beto Novaes e Aída Marques; *Mataram irmã Dorothy* (2009) de Daniel Junge; *Jaci: sete pecados de uma obra amazônica* (2015)

de Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros; *Serras da desordem* (2006) de Andrea Tonacci; *Martírio* (2017) de Vincent Carelli; e *Ex-Pajé* (2017) de Luiz Bolognesi.

A maior parte desses documentários testemunha a destruição da floresta Amazônica por parte do agronegócio, madeireiras, garimpo e da grilagem de terras, proporcionando a percepção de que a devastação, tanto ambiental quanto social, está perto de se tornar irreversível, fato que causaria riscos de vida não apenas às populações que habitam a região, mas também ao planeta como um todo, pois o desaparecimento da floresta pode significar o surgimento de um deserto em seu lugar, o que acarretaria consequências ambientais e climáticas em outras regiões do Brasil e do mundo.

Em termos locais ocasionam problemas tais como: diminuição dos níveis pluviométricos, a extinção de espécies de animais e vegetais, a poluição do ar provocada pelas queimadas incessantes realizadas por grileiros e pelo agronegócio, principalmente nos períodos secos, de junho a setembro, e a derrubada das árvores, que promovem a erosão do solo, tornando-o pouco agricultável.

O presente trabalho conflui duas áreas de estudos da sociologia: a sociologia do Cinema e os estudos sobre conflitos socioambientais na Amazônia. Em relação ao cinema, o material do qual ele é constituído se encontra na realidade externa ao próprio filme, na ideologia dominante, nos mais variados tipos de imaginários que contém elementos do real. Como afirma Jameson: “a realidade social e os estereótipos de nossa experiência da realidade cotidiana constituem a matéria-prima que os filmes [...] são inevitavelmente forçados a trabalhar” (JAMESON, 1995, p. 39), portanto, ao analisar esses elementos, temos acesso às representações sociais de um determinado período e lugar, e descobre-se aspectos relevantes do real, que muitas vezes em uma pesquisa direta realizada *in loco* não capta determinados aspectos da realidade social. Partindo dessa perspectiva, o trabalho analisa dois filmes: *Belo Monte: anúncio de uma guerra* (2016) de André D’Elia e *Belo Monte, depois da inundação* (2016) de Todd Southgate, que abordam a implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e suas consequências sociais trágicas para às populações tradicionais que moram em torno do empreendimento e os seus conflitos com grupos econômicos poderosos nacionais, internacionais e o poder do Estado.

OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA

Os conflitos socioambientais na Amazônia brasileira estão ligados intrinsecamente aos projetos de colonização promovida pelo Estado, visando objetivos econômicos com a expansão das fronteiras agrícolas, para descomprimir

as tensões sociais em outras regiões do país por conta da luta por terras. E por outro lado, a ocupação do território nacional seria uma garantia de preservação das fronteiras, sobretudo em dois momentos históricos, a primeira no período do governo de Getúlio Vargas (1930/1945) e a segunda nos governos da Ditadura Militar (1964/1985).

Desse modo, as ações econômicas e político-militares adotadas por essas administrações visavam supostamente diminuir os problemas sociais realizando o deslocamento populacional camponês com a promessa que receberiam terras para agricultura com fins de colonização, além do objetivo de ocupar a região contra um suposto inimigo externo que desejasse usurpar parte do território brasileiro.

Esses problemas sociais agravaram-se principalmente na década de 1970, os governos ditatoriais incentivaram a política de colonização em massa da Amazônia, contando com a imigração de colonos vindos de algumas regiões do Brasil, sobretudo do sul. Os governos prometiam terras para acomodar principalmente agricultores pobres; entretanto, na realidade estes não obtiveram as áreas prometidas para plantar por parte dos órgãos governamentais, nem as condições mínimas necessárias para se instalarem como colonos agricultores, e desse modo passaram a integrar um espaço já marcado por constantes contendas entre indígenas, ribeirinhos e latifundiários em torno de problemas relacionados a ocupação da terra, tornando ainda mais complexo o problema dos conflitos socioambientais na Amazônia, pois esses novos atores sociais, oriundos em sua maioria dos estratos mais pobres da sociedade brasileira, passaram a se envolver com frequência em conflitos com grupos nativos ou que já estavam estabelecidos na terra como os ribeirinhos e seringueiros; segmentos que já sofriam com as investidas empreendedoras do poder econômico e da omissão do poder estatal.

Na época, os governos militares defendiam a política de integração/ocupação da Amazônia, com a justificativa de ocupar “extensos espaços vazios”, como se o território amazônico não fosse ocupado por populações autóctones há muitos séculos em nome da integração nacional, como afirmavam os defensores do regime: “integrar para não entregar”. Por detrás desse lema havia o interesse de construir uma infraestrutura para melhor explorar os recursos econômicos da Amazônia por parte da iniciativa privada, e muitas vezes com empresas estrangeiras. Um exemplo foi a instauração do projeto Jari tendo à frente o empresário estadunidense Daniel Keith Ludwig, ele adquiriu em 1968 uma área de um milhão e seiscentos mil hectares no Pará com o apoio do governo do general Arthur Costa e Silva para implantar uma das maiores fábricas

de celulose do mundo, como informa o filme *Amazônia – Heranças de uma Utopia* (2005) de Ricardo Favilla Ferreira.

Entretanto, nos anos 1980 surge a esperança de um movimento global de preservação da Amazônia. Principalmente a partir de 1985 com o fim da Ditadura e a transição democrática, o que se observa inicialmente em destaque é a luta pela reforma agrária voltando com força, conjuntamente com a defesa do meio ambiente. Atuaram na formação desse novo cenário movimentos como: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ambos ligados à Igreja Católica, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Sindicatos Rurais, Movimento Indígena e de Ribeirinhos.

A despeito de uma maior organização da sociedade civil, foi um período de expansão do latifúndio e do agronegócio, com a introdução de novas monoculturas voltadas para a exportação.

[...] a expansão da fronteira agrícola da soja no sul-sudeste do estado do Amazonas, com a abertura de novas estradas e rodovias, além de aumentar a especulação imobiliária e incentivar a grilagem de terras, vem ameaçando os sistemas tradicionais de acesso a espaços e uso dos recursos naturais. (CHAVES; BARROS; FABRÉ, 2008).

As novas fronteiras agrícolas forçam o Estado a criar a infraestrutura necessária para o escoamento da produção agrícola e pecuária, estes, por sua vez, efetuam políticas sem as medidas necessárias que protejam o meio ambiente e os modos de vida das populações tradicionais.

Apesar da atuação de grupos de defesa da fauna e da flora da Amazônia e dos povos da floresta nas décadas de 1980/1990, o Estado brasileiro adotou medidas insuficientes para deter a deterioração da Amazônia. Os problemas socioambientais pouco mudaram em comparação ao velho modelo autoritário e omissivo do período da Ditadura Militar, mesmo com o advento da democracia e com a organização de vários movimentos sociais na região.

A situação de degradação ambiental e social na Amazônia, contudo, continuou no final do século XX e início do século seguinte, mesmo com a posse de governos supostamente progressistas que estavam comprometidos com as antigas reivindicações dos movimentos sociais que defendiam a preservação da floresta e das populações tradicionais da Amazônia, foi o caso das administrações dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), Luís Ignácio Lula da Silva (2003/2009) e Dilma Rousseff (2010/2016), que continuaram a financiar grandes empreendimentos como as usinas hidrelétricas

e o agronegócio, e em contrapartida não se comprometeram em realizar uma política efetiva de reforma agrária, proteção do meio ambiente e defesa das comunidades tradicionais. Por outro lado, essas administrações tomaram decisões importantes em relação ao meio ambiente local, como a criação de instituições para a defesa da floresta Amazônica:

O Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos na Amazônia (PPCDAM), iniciado no primeiro mandato de Lula, foi responsável pela maior redução de emissões de gases do efeito estufa já realizada por um país (...) no primeiro período de implementação do plano, entre 2004 e 2006, a taxa de desmatamento caiu cerca de 50 %. A demarcação de terras indígenas, a criação de unidades de conservação, o desenvolvimento de novas ferramentas de monitoramento do desmatamento e o reforço na fiscalização ambiental e punição de infratores, contribuíram decisivamente para a redução das taxas, assim como a queda de preços das commodities agrícolas (RAMOS, 2021, p. 289).

Ainda nos Governos Lula foi criado o Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos na Amazônia (PPCDAM), responsável por uma grande redução de emissões de gases do efeito estufa. As administrações de Lula nos dois primeiros mandatos presidenciais significaram maior número de demarcação de Terras Indígenas (TIs) e das Unidades de Conservação (UCs), que constituem duas instituições de grande relevo para a proteção de áreas naturais, da vida dos povos indígenas e segurança socioambiental para o ecossistema da Amazônia. Por outro lado, reforçou a fiscalização ambiental, principalmente pelos órgãos Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), criado em 2007 pelo Governo Lula.

Mesmo com ações fundamentais de proteção à Floresta Amazônica, o Governo Lula ficou aquém das promessas de um mandatário supostamente de esquerda. A gestão dos dois primeiros mandatos presidenciais foi marcada pelo início da construção de grandes obras na Amazônia no interior do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), capitaneado pelos governos Lula e Dilma, que afrouxaram os licenciamentos ambientais para a construção de grandes usinas hidrelétricas na região a despeito da posição contrária de indígenas, ribeirinhos, técnicos e ambientalistas que previam as consequências desastrosas da construção de Belo Monte para a Floresta Amazônica e para os modos de vida da população originária.

Assim, medidas como essas apontam a atuação dúbia dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) em relação à proteção da Amazônia. As gestões de Lula e de Dilma Rousseff, em muitas ocasiões, cederam às pressões dos gran-

des interesses econômicos na época. Em 2006, por conta de licenças ambientais, Lula afirmou que os povos indígenas, quilombolas, e ambientalistas e o Ministério Público eram “entraves” para o desenvolvimento econômico do país (PICHONELLI, 2006).

No governo de Dilma Rousseff não houve grandes mudanças na área de proteção da floresta Amazônica, ao contrário, buscou-se dar continuidade ao avanço destrutivo dos interesses do capital. Em grande medida, o Governo Rousseff implementou ações que já tinham sido elaboradas nos governos anteriores. A elaboração de projetos que previam a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia remonta aos governos ditatoriais dos anos 1970:

[...] a polêmica em torno da UHE Belo Monte, situada na sub-bacia do rio Xingu, bacia Amazônica, remonta a mais de 40 anos. Os primeiros estudos de aproveitamento hidrelétrico do Xingu surgiram inicialmente em meados da década de 1970, com o mapeamento da bacia do rio Xingu pelo grupo da Camargo Correa para fins de inventário hidrelétrico. Foram definidos, 5 (cinco) usinas hidrelétricas para a Bacia, com potência instalada total de quase 12.000 MW. (CHOUERI, 2019, p. 12).

Segundo o pesquisador Pedro Abranches (2013), a proposta ambiental de Dilma Rousseff colocou em prática os projetos de expansão capitalista na floresta Amazônica, que tiveram seus projetos iniciais na década de 1970 durante o regime da Ditadura Militar, como é o caso do Complexo de Belo Monte, que tiveram seus estudos iniciados na Bacia Hidrográfica do Rio Xingu em 1975. Ou seja, os quatro primeiros mandatos do governo do PT significaram descaso com os impactos socioambientais das usinas hidrelétricas na Amazônia e um forte compromisso com o setor elétrico, com as empreiteiras e com os consórcios administrados pela iniciativa privada, em detrimento aos interesses dos movimentos sociais como pequenos pescadores, indígenas e ribeirinhos.

Nos últimos anos, os problemas socioambientais da floresta Amazônica se agravaram ainda mais com a administração do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro (2019/2022), que representou não apenas o reforço dos aspectos negativos dos últimos governos federais, mas também um ataque declarado aos povos da floresta, o estímulo à exploração de minérios em Terras Indígenas, desmatamento da Amazônia, incentivo às queimadas na vegetação natural e a invasão de Terras Indígenas por parte de grileiros e do agronegócio.

Observa-se, portanto, que o governo de Bolsonaro não apenas coloca em prática ações insuficientes de proteção socioambiental da região, mas, ao contrário, incentiva o desmatamento, as queimadas e as invasões de áreas de proteção ambiental. De um lado, o chefe do executivo apresenta a inércia

como respostas aos crimes socioambientais; por outro, ele desaparela os órgãos oficiais de fiscalização, além da reduzir significativamente as multas por crimes ambientais. O fechamento das coordenações dos centros de pesquisa do ICMBio (BRAGANÇA; MENEGASSI, 2020), a demissão de funcionários que estavam nos cargos mais importantes das instituições responsáveis pela proteção do meio ambiente e das populações da floresta na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e IBAMA, passando a ser ocupado por militares, que, na maioria das vezes, não têm conhecimento dos problemas amazônicos, agravaram os conflitos socioambientais.

AS USINAS HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI

Um dos focos principais de conflitos socioambientais na Amazônia no século XXI ocorreu em torno das usinas hidrelétricas, apesar de não ser novidade a existência desse tipo de fonte energética na região, uma vez que anteriormente tínhamos as usinas de Tucuruí (PA) e Balbina (AM) construídas na década de 1980. Em tempos recentes, a Amazônia passou a se destacar pela construção de usinas de grande porte, algumas delas consideradas como umas das maiores do Brasil, como a Usina Hidrelétrica de Jirau, de Santo Antônio em Rondônia e a de Belo Monte no Pará.

Essas usinas agravaram os conflitos socioambientais já existentes na Amazônia, a Usina de Belo Monte foi planejada durante a Ditadura Militar, seus estudos remontam a 1975 como um dos objetivos de integração nacional. A implementação de Belo Monte foi reavivada nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), mas, por motivos econômicos ou por conta da pressão dos movimentos sociais, o projeto foi adiado (FREURY, ALMEIDA, 2013).

Entretanto, ela foi construída e colocada em execução no governo de Dilma Rousseff em 2016. Desde seu planejamento até a sua implementação, a usina foi marcada por protestos de movimentos sociais de povos indígenas, camponeses e ribeirinhos, disputas no judiciário e modificações nas propostas governamentais para a região.

Nesse contexto, a retomada de construções de usinas hidrelétricas na Amazônia brasileira é mais um fator de devastação ambiental de grande monta e de ataque aos modos de vida de indígenas, camponeses, ribeirinhos e quilombolas. As usinas agravaram os problemas citados e provoca outros, como atesta Philip Fearnside:

Planos para construir hidrelétricas na Amazônia prevêem dezenas de grandes barragens e mais de uma centena de pequenas barragens. [...]

Impactos das barragens incluem efeitos sobre os povos indígenas, como a perda de peixes e de outros recursos dos rios. Impactos do reassentamento de pessoas urbanas e rurais representam uma concentração do custo humano desta forma de desenvolvimento. Isto também é verdade em relação aos impactos sobre os moradores a jusante, que perdem a subsistência baseada na pesca e agricultura na várzea. Impactos dos reservatórios sobre a saúde incluem a proliferação de insetos e a metilação de mercúrio (transformação deste metal na sua forma tóxica). A perda de vegetação pode ocorrer não só por causa da inundação direta, mas também pelo desmatamento por residentes deslocados pelo reservatório e por imigrantes e investidores atraídos para a área (inclusive pela construção de estradas até os locais das barragens), e o agronegócio viabilizado pelas hidrovias associadas às barragens. As barragens emitem gases de efeito estufa; o dióxido de carbono é emitido pela decomposição de árvores mortas por inundação e o óxido nitroso, e, especialmente, o metano são emitidos pela água nos reservatórios e da água que passa através das turbinas e vertedouros [...] A maneira em que as emissões de barragens são comparadas com as de combustíveis fósseis muitas vezes distorce os resultados, particularmente para o valor do tempo. O impacto das barragens é muito pior, em relação aos combustíveis fósseis, se os cálculos são feitos de uma forma que representa melhor os interesses da sociedade. (FEARNSIDE, 2015, p. 10).

Observa-se que os fatores de degradação social e ambiental na Amazônia estão associados entre si. A exploração indiscriminada de madeiras, a grilagem, o garimpo, o desmatamento, as queimadas, as usinas hidrelétricas e o agronegócio se complementam. Por exemplo, as usinas precisam da construção de barragens, esses reservatórios artificiais de água trazem um enorme dano socioambiental, as populações locais são dependentes das atividades pesqueiras e de outros recursos fluviais para a subsistência, com isso, a alteração do regime dos rios, a diminuição de peixes e outros animais que fazem parte da alimentação desses grupos diminuem significativamente, o que muitas vezes provoca a emigração desses povos de sua região para outros ambientes que se distinguem dos locais que viviam originalmente, esses fatos, conseqüentemente, acarretam uma adaptação extremamente difícil e uma sobrevivência penosa por parte dessas populações deslocadas.

Em muitos casos, esses grupos migratórios desmatam não só áreas oficialmente destinadas ao assentamento, mas também outras áreas por necessidade de subsistência. A implantação de hidrelétricas em si em qualquer região força a construção de estradas que criam grandes clareiras na floresta com a derrubada de árvores nativas e estimula a ocupação populacional às margens dessas vias, esses dois fatores ampliam ainda mais o desmatamento. Além dis-

so, como afirma Fearnside (2015), é uma falácia afirmar que as usinas hidrelétricas produzem “energia verde”, a inundação de áreas com árvores provoca a liberação de dióxido nitroso, tão agressivo quanto outras fontes de energia – como as usinas termelétricas, que são alimentadas por combustíveis fósseis.

Os graves problemas ambientais e sociais provocados por uma usina hidrelétrica, elencados por Fearnside, estão presentes na implementação de Belo Monte. O presente trabalho pretende compreender as situações de conflitos socioambientais por meios de dois documentários que tratam dos impactos da usina construída na região do Xingu, no estado do Pará: *Belo Monte: anúncio de uma guerra* (2016) de André D’Elia e *Belo Monte: depois da inundação* (2016) de Todd Southgate.

Os dois filmes são paradigmáticos dos problemas socioambientais que a Amazônia enfrenta: o primeiro, realizado antes da construção da Belo Monte, faz um alerta sobre os riscos humanos e ambientais da usina hidrelétrica na região do Xingu, no Pará, a partir dos depoimentos de cientistas, indígenas, ribeirinhos e eclesiásticos, muitos deles se referiam aos problemas que tinham ocorrido de modo recente com as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio em Rondônia; o segundo documentário, realizado logo após a construção da usina, constata que quase todos os problemas levantados como possíveis pelo primeiro filme estavam ocorrendo depois que a Usina de Belo Monte foi construída e colocada em execução.

OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO DOCUMENTÁRIO BELO MONTE: ANÚNCIO DE UMA GUERRA

O filme *Belo Monte: anúncio de uma guerra* (2012) de André D’Elia é paradigmático ao tratar dos problemas socioambientais na Amazônia brasileira do século XXI. Pode-se citar dois fatores fundamentais presentes no filme que descrevem essa situação: a) com o fim da Ditadura Militar nos anos 1980, os investimentos de grande porte do governo federal na Amazônia decaíram e são retomados no início do século XXI; b) o retorno de grandes obras em infraestrutura por parte do Estado, como a construção de usinas hidrelétricas, é alegado, supostamente, como uma necessidade de retomar o crescimento econômico da região; c) o agravamento dos conflitos socioambientais com a inserção dessas novas ações governamentais no século XXI.

O documentário disserta sobre o ponto de vista de vários atores sociais em relação à construção das usinas hidrelétricas na região de Belo Monte. Atores estes como os líderes indígenas de diversas etnias: Kayapós, Juruna, Kalapalos, Kuikuros, Awiti, entre outros; em que se destaca o líder Raoni, que luta há anos

em defesa das terras indígenas ocupadas pelo latifúndio e pela ameaça de inundação das terras do Xingu por parte da instalação da Usina de Belo Monte.

O documentário *Belo Monte: anúncio de uma guerra* aponta que setores progressistas da Igreja Católica como Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) colaboraram com a defesa dos moradores locais, auxiliando-os na sua sobrevivência com doações de gêneros alimentícios e a organização política dos movimentos indígenas, antes e durante todos os anos em que estava em discussão a ideia da construção da usina desde os anos 1970.

O filme ainda aponta que apesar das promessas do setor privado e do Estado de que o empreendimento compensaria as populações atingidas com as indenizações e com a criação de mecanismos de proteção socioambiental, que mitigariam os efeitos danosos ao meio ambiente e às populações que vivem na área da construção da hidrelétrica, as chamadas condicionantes não foram atendidas, e de 67 obras relacionadas na expansão da infraestrutura para proteger as populações dos efeitos deletérios de Belo Monte, 44 delas não saíram do papel.

O Promotor da Promotoria do Ministério Federal (PMF), Felício Pontes, previa que poderia haver uma vazão reduzida que produziria uma seca em torno de 100 km, inviabilizando a sobrevivência de etnias tradicionais como Paquiçamba, Juruna, Arara e Xicrin. Perspectiva compartilhada por Flávia Pinheiro do Movimento Xingu Vivo, que no filme afirma:

As pessoas que estão ali vão perder o peixe, a floresta vai secar, porque essa floresta depende desse fenômeno de inundação e seca. Essa dinâmica vai desaparecer, então essa floresta vai sofrer, e toda fauna e flora, vai sofrer essas drásticas mudanças. E as populações que vivem dependem desses recursos naturais, e elas são simplesmente ignorados, como se não existissem.

Diante dessas expectativas, o promotor Felício Pontes afirma que o governo e as empresas dizem que a população não vai sofrer consequências como essas citadas anteriormente.

Belo Monte: anúncio de uma guerra, em uma outra sequência, mostra os riscos das barragens e das hidrelétricas em relação à diminuição de peixes no Rio Xingu, privando as populações que vivem em torno do rio de usufruir dos pescados como alimentação e a ameaça que os pescadores estavam sofrendo com a perspectiva da redução da pesca por conta da Usina de Belo Monte que ainda estava sendo construída.

Esse problema afeta não somente os indígenas, mas os pequenos pescadores que moram ao longo dos 1700 km no rio Xingu. O filme mostra um protesto no qual eles pescam uma grande quantidade de peixe, inclusive daqueles

que são proibidos, pois, para os pescadores, de que vale a restrição de determinados tipos de peixe, se com a usina vão morrer todas as espécies. Portanto, os pescadores tinham a previsão da morte de uma grande quantidade de peixes na região. Como conta um pescador entrevistado pelo documentário:

Você vê o sofrimento que temos nesse tempo, não tem uma ilha para acampar quando chega o inverno, com 30 dias está seco tudo de novo. Se a barragem chegar, a gente vai ficar onde? (pois) vai ficar tudo permanente debaixo d'água. Então não vão ter peixe, os frutos vão acabar, muitos peixes que dependem das pedras para desova como o tucunaré, acará, (...) nossa situação aqui é caótica e os órgãos competentes daqui não olham, eles olham para o dinheiro, porque quanta liminares do IBAMA foram embargadas, e depois toda semana tem uma nova liminar que dá no ponto positivo para barragem, (...) aqui só quero deixar bem claro, se nós unir com os índios, nem que para isso tenhamos que formar uma guerra, estamos dispostos a fazer isso (SIC).

Em seguida, o filme mostra imagens de indígenas pintados para a guerra e o depoimento do indígena Roberto Moré, que indiretamente afirma o desejo do pescador: “tem que guerrear com flecha, cacete, borduna ...tem que ir para guerra”. Essa expressão “guerrear” aparece com frequência no filme tanto por parte dos pescadores como dos indígenas. Como também diz o líder Awallukamã Waura ao conceder uma entrevista:

Eu não entendo vocês, ficam nos ameaçando, vocês querem que nós nos juntemos com os Kuikuros, com os Kalapolo, Kaiapó, Awiti, Mehinako. Podemos nos juntar todos. Quando estamos juntos temos coragem para fazer essas coisas, é assim que funciona. Se ficar decididos vamos lá matar vocês.

Fica evidenciado que não se trata de uma guerra promovida pelos indígenas, mas sim uma reação de defesa contra a destruição de sua cultura e do meio ambiente em volta provocado pela construção da Usina de Belo Monte.

Em seguida, há um conjunto de sequências de imagens de indígenas de distintas aldeias se pintando para a guerra ou expressando o desejo de guerrear contra as empreiteiras e o governo.

Belo Monte: anúncio de uma guerra também mostra manifestações de ribeirinhos que protestam contra a expulsão de suas áreas de residências e produção agrícola e a falta de garantia de uma nova casa por parte da Eletro Norte. Os moradores foram habitar bairros pobres de Altamira, ficaram sem as condições de sobrevivência, pois não podem mais plantar e pescar.

Segundo o filme, a construção da usina tem altos custos, algo em torno de 30 milhões de reais no período e seus recursos são voltados a preencher os se-

tores industriais, como citado pelo especialista Célio Berman no filme: “são seis indústrias, a do cimento; a siderúrgica; a de metais não ferrosos; os ferros liga (setor metalúrgico); a química; a de papel e celulose, que juntos correspondem a 30% da energia elétrica do país”. E além de todos os prejuízos já destacados, sabe-se que devido a cheias e baixas do rio, a usina tem a previsão de ficar quatro meses parada, gerando assim danos orçamentários enormes, e a “solução” que se encontra é ir construindo durante boa parte do rio, um número cada vez maior de barragens, agravando ainda mais problemas socioambientais na região.

No filme, o Bispo Dom Erwin, em um tom “premonitório”, analisa a situação de Altamira e cita a previsão dos danos que a futura usina de Belo Monte poderia gerar, ele descreve os conflitos semelhantes aos que ocorreram recentemente em outras regiões da Amazônia, como na usina de Jirau, localizada na região da Porto Velho, capital de Rondônia, onde a superlotação das cidades mal preparadas para receber os trabalhadores das usinas e barragens acarretaram, dentre outros distúrbios sociais, no crescimento da criminalidade, assassinatos, violência, abusos sexuais, alto custo de vida e desemprego. Como é relatado no depoimento dado pelo ativista da Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), Marquinhos Mota.

O documentário mostra a luta dos indígenas e ribeirinhos contra a construção da Usina de Belo Monte, que avançava de forma apressada e desrespeitosa, mas alcançou, ainda que de modo efêmero, a grande repercussão dos conflitos por meio da mídia, contribuindo para ampliar internacionalmente o conhecimento dos crimes que estavam ocorrendo por conta da implantação da usina e a resistência das populações indígenas e ribeirinhas que se manifestaram contra os ataques às suas terras e aos seus modos de vida e consequentemente a favor da defesa ambiental.

O projeto de Belo Monte foi apresentado no período da Ditadura, mas foi negado o investimento de quinhentos milhões de dólares, e, assim, retomado no primeiro Governo Lula. Os técnicos do governo garantiram que o principal elemento de crítica ao projeto era a grande área de inundação que estava na proposta anterior. O jornalista e ativista ambiental Lúcio Flávio Pinto questionou o presidente da Eletronorte, José Antônio Lopes: “pelo que vi aqui Belo Monte vai ficar quatro meses parada, não tem água”. Outros ativistas reforçam a ideia, Marquinho Mota, integrante da FAOR, faz o mesmo questionamento: “vai passar quatro meses desligada”. E Renata Pinheiro, do Movimento Xingu Vivo: “como você vai fazer um empreendimento, construir a segunda maior barragem do Brasil, gastar 30 bilhões de reais para algo que vai ficar parado por 3 ou 4 meses”. E ela complementa em seguida: “nada há que impede o setor elétrico

fazer as outras barragens, se fizer... vai aumentar os reservatórios e aí alaga todas as outras terras Indígenas, a montante do rio”.

Isso significa a necessidade de deslocamento das populações para outras áreas, o que afeta diretamente os modos de vida desses grupos, pois passam a ter dificuldade de sobreviver em uma área desconhecida, além do inundamento de grandes extensões da floresta, destruindo a fauna e a flora de modo irreversível e produzindo substâncias extremamente tóxicas como a liberação de dióxido nitroso, como vimos anteriormente.

Evidentemente desastres geraram destruição de grande amplitude nas culturas que vivem no Xingu, a realocação de etnias de seus territórios, muitas vezes, ocorrem sequer para regiões de floresta, muitos indígenas passam a habitar em áreas urbanas, principalmente na cidade de Altamira, e ficam submetidos a outros problemas: desalojamentos, falta de saneamento básico, desemprego, violência extrema, homicídio e suicídio.

A ação do Estado no período analisado pelo filme foi “contraditória”, oscilando entre a defesas das comunidades indígenas e ribeirinhas e o interesse das empreiteiras. Atendendo, entretanto, em maior parte, às exigências econômicas dos grandes empreendimentos, pois a usina hidrelétrica de Belo Monte passa a ser um fato, construída em nome do desenvolvimento regional e é também uma das maiores ameaças às populações de pequenos agricultores, pescadores, indígenas e ribeirinhos do Xingu no Pará.

OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO DOCUMENTÁRIO BELO MONTE: DEPOIS DA INUNDAÇÃO

O segundo documentário, lançado no mesmo ano do anterior, aborda a usina de Belo Monte e suas consequências nefastas sociais e ambientais, intitulado *Belo Monte: depois da inundação* (2016), de Todd Southgate, trata praticamente dos mesmos desastres já analisados no filme anterior de André D’ Elia. Esse último mostra os problemas socioambientais que poderiam ocorrer e outros que já estavam acontecendo com o advento da construção da usina. Os dois documentários em termos gerais chegam a mesma conclusão sobre os impactos da usina de Belo Monte na floresta Amazônica.

O filme *Belo Monte: depois da inundação* nos primeiros minutos apresenta os principais fatos que serão analisados pelo documentário. Inicia-se com a seguinte frase: “Em 17 de fevereiro de 2016, cinco anos após a construção ter iniciado, Belo Monte testou a sua primeira turbina”, apontando o início de um desastre socioambiental sem precedentes na Amazônia, que foi adiado muitas

vezes por força dos movimentos indígenas e ribeirinhos (sua elaboração, como dito anteriormente, remonta aos projetos dos governos ditatórias na década de 1970), mas a partir de 2016 finalmente o pesadelo das populações da região do Xingu começa a se concretizar.

As imagens panorâmicas da gigantesca construção encravada na floresta Amazônica apontam a dimensão do estrago socioambiental no Xingu, que é acompanhado do depoimento de Antônia Mello da Silva, líder do Movimento do Xingu Vivo para Sempre (MVXPS), moradora de Altamira, que afirma: “aqui em Belo Monte não tem essa história de impactado diretamente e impactado indiretamente. Todas as pessoas são impactadas diretamente”. Em seguida mostra um dos desastres comuns produzido pela usina, a morte de muitos animais, principalmente de peixes, a principal fonte de alimentação das populações que moram na jusante do rio Xingu.

Nos primeiros testemunhos dos moradores das áreas próximas à usina, atesta-se o desespero da população que não foi consultada, sequer avisada a tempo sobre os desastres que a usina poderia causar às populações locais. O filme aponta que as populações do Xingu perderam parte de suas condições de sobrevivência, sem poder pescar para alimentar seus membros ou para vender os produtos nos mercados de Altamira. Esses fatos geram outros, a dieta alimentícia muda, boa parte passa a se alimentar de gêneros diferentes que estavam acostumados, o consumo de frango é um exemplo, que, por sua vez, são comprados no comércio de Altamira.

Ainda nesse prólogo, o filme mostra os impactos sociais da usina na cidade de Altamira, que não estava preparada para receber um afluxo grande de pessoas em um curto espaço de tempo. Houve uma explosão demográfica no período de sua construção e que depois de concluída a maior parte dos operários saíram da cidade e os que ficaram tiveram dificuldades de encontrar emprego ou se tornaram moradores de rua. O crescimento demográfico, assim como foi destacado no filme *Belo Monte: anúncio de uma guerra*, também é citado em *Belo Monte: depois da inundação*, entretanto com números piores do que o documentário anterior, segundo esse último, a população saltou de 80 mil para 150 mil habitantes, com isso, os números de acidentes automobilísticos cresceram 140%, assim como os crimes violentos.

Logo após essa apresentação introdutória, o documentário apresenta uma cronologia dos fatos que levaram a implementação da usina de Belo Monte.

O discurso predominante em quase todos os governos entre 1975 a 2016 é em relação à existência de uma demanda cada vez maior por energia elétrica pelo país, o que justificaria a construção dessas usinas e por conta da grande ca-

pacidade hídrica do Brasil, além de afirmarem se tratar de um “energia limpa”, que, como já foi visto, não é verdade.

Essas justificações são praticamente as mesmas defendidas por presidentes da época da Ditadura nos anos 1970, passando pelas administrações de Fernando Henrique Cardoso e sendo implementadas por governos supostamente de esquerda, como o PT.

O que comprova que o Estado brasileiro, encarnado em governos de distintas matrizes ideológicas, efetivamente não se preocupa com a defesa da floresta tropical, com os efeitos globais de sua destruição e com o fim e a morte dos grupos sociais que vivem na região. Essa indiferença é uma constante nos dois filmes.

O documentário *Belo Monte: depois da inundação* traça uma cronologia da usina de Belo Monte, observa-se que a história da hidrelétrica é marcada por destruição ambiental, desarticulação das sociedades tradicionais e a luta constante dos indígenas para proteger a sua terra, seus grupos étnicos e o meio ambiente diante da voracidade do conchavo entre Estado e as empresas. Como registrou *Belo Monte: anúncio de uma guerra*, o documentário *Belo Monte: depois da inundação* aponta o número excessivo de barragens para colocar em funcionamento a usina. O filme afirma que, em 1987, no governo José Sarney, a Eletrobrás desejava retomar o Plano Nacional de Energia Elétrica, que representaria a construção de 6 barragens, o que acarretaria a inundação das terras indígenas: Kararaô, Babaquara, Pimental, Ipixuna, Kalcimoro e Jaúna. Depois de dois anos de ação política contra o Estado brasileiro, os Kaiapós realizaram o Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, em fevereiro de 1989.

O documentário mostra que o evento que contava com o diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fernando César Moreira Mesquita, 300 ambientalistas, 150 jornalistas e 650 indígenas entrou para a história da resistência indígena no Brasil. Quando Muniz Lopes abordou o tema da usina, então conhecida como usina Kararaô, a índia Kayapó Tuíra, que estava na plateia, levantou-se e foi em direção ao diretor da Eletronorte, encostou um facão no rosto de Muniz Lopes para expressar sua indignação em relação às intervenções do Estado brasileiro contra os povos da floresta (FLEURY; ALMEIDA, 2013). E como mostra o filme, depois desse evento, as obras foram paralisadas, o Banco Mundial suspendeu o financiamento e o projeto da hidrelétrica foi arquivado.

O filme demonstra que, em 2002, o projeto é retomado no governo de Fernando Henrique Cardoso, cria-se uma licitação para a construção do empreendimento, que muda de nome, passando a ser chamado de Complexo Hidrelétrico

de Belo Monte. O projeto pretendia mudar o curso natural do Rio Xingu na chamada Volta Grande. Entretanto, na gestão de FHC o plano não seria implementado.

Em 2003, a despeito da constatação política dos indígenas e da proximidade de setores da esquerda com as questões dos povos da floresta e da defesa do meio ambiente, o suposto governo progressista de Luís Ignácio Lula da Silva se apressou para implementar o projeto iniciado pela gestão anterior. Em pouco tempo, criou-se um decreto do legislativo autorizando o projeto, entretanto, sem nenhuma consulta com os indígenas e ribeirinhos sobre os efeitos deletérios da usina para o meio ambiente e para a vida das sociedades da região como prevê a constituição de 1988.

Belo Monte: depois da inundação cita o Decreto Legislativo nº 788 de 2005, que autoriza o poder executivo a construir a usina hidrelétrica de Belo Monte. E em 2008, mais uma vez, os grupos indígenas criam uma mobilização exigindo do Governo Lula o compromisso de não haver mais nenhuma barragem a ser construída no Rio Xingu. A resposta dada pela administração federal foi a elaboração, muito tardiamente, de um estudo de impacto ambiental na região em 2009.

Entretanto, mesmo esse tipo de assistência é passível de crítica, pois ela foi realizada, como atesta o documentário, pelas empresas mais interessadas na construção da usina, como Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez em conjunto com a Eletrobrás. Esse projeto de impacto realizado nessas condições possibilitou ao governo federal aprovar a construção do Complexo de Belo Monte. O documento mal elaborado e com lacunas sobre as garantias de sobrevivência das etnias e a conservação do meio ambiente ocasionou a ação de dois altos funcionários do IBAMA pedirem demissão.

Em 2011, no primeiro Governo Dilma, as pressões aumentaram sobre os funcionários do IBAMA para que o projeto de Belo Monte fosse definitivamente implementado, foi o momento que o então presidente da instituição, Abelardo Azevedo, também pediu demissão.

Abelardo Bayma Azevedo, que renunciou à Presidência do IBAMA, não é a primeira renúncia causada pela pressão para construir Belo Monte. Seu antecessor, Roberto Messias, também renunciou pelo mesmo motivo ano passado, e a própria Marina Silva também renunciou ao Ministério do Meio Ambiente por desafiar Belo Monte. (ROSA, 2011).

O novo presidente do IBAMA, Curt Trennepohl, empossado em junho de 2011, aprovou a licença de instalação de Belo Monte, afirmando que a usina era “ambientalmente sustentável”. Ao longo dos anos seguintes, a luta dos povos indígenas continuou, receberam apoio de órgãos internacionais como a

Organização dos Estados Americanos (OEA), que classificaram o ato como atentado dos direitos humanos.

O filme constata que a execução da obra foi conduzida pelo consórcio da Norte Energia, financiada com dinheiro público que abrigava as empresas estatais e privadas, tais como: Eletrobrás, Chesf, Neoenergia, Light, Vale, Cemig. Nos anos seguintes, houve uma grande mobilização dos povos indígenas, como ocupação dos canteiros de obras para impedir a ação das empreiteiras e paralisações dos operários da usina por conta das condições de trabalho.

Operários que trabalham na construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, maior obra em curso do país, declararam greve geral na manhã desta quinta-feira, 29 de março. Eles reivindicam melhores salários e condições de trabalho. O clima de insatisfação já era generalizado desde o começo da semana e se agravou com a morte do operador de motosserra Francisco Orlando Rodrigo Lopes, atropelado por uma retroescavadeira na tarde de quarta-feira, 28. Os trabalhadores estimam que 5 mil aderiram à greve e afirmam que a obra foi interrompida. (REPÓRTER BRASIL, 2012).

De acordo com o filme, também o Ministério Público Federal interveio na agressão sofrida pelas populações em virtude da construção da usina: “o MPF ajuizou várias ações contra as empresas e o governo”, apontou “desde irregularidades no processo de licenciamento ambiental e até medidas obrigatórias de mitigação e compensação de impactos sociais e ambientais”. O MPF conseguiu paralisar em alguns momentos a continuidade da construção da usina, mas “juízes ligados ao governo rapidamente derrubaram decisões legais”. As obras continuaram e, em 2016, sua execução e sua implementação definitiva foram realizadas no governo de Dilma Rousseff.

Ao final da cronologia de Belo Monte, a narração do filme afirma que o valor final da construção da usina custou quatro vezes o valor original da obra, e esse preço foi pago com o dinheiro do contribuinte e questiona: “E quanto aos custos sociais e ambientais?”.

O documentário destaca ao menos cinco aspectos desses custos socioambientais de Belo Monte, todos eles interrelacionados: habitação, economia, meio ambiente, as condições de vida de grupos indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores e pescadores e a ação criminosa do Estado em relação às populações vulneráveis pela implementação da usina de Belo Monte.

O primeiro se refere a habitação, algumas pessoas que moravam perto do rio tiveram que abandonar suas moradias, como afirma Antônia Mello da Silva, líder do MVXPS, ela diz que o bairro onde habitava em Altamira os moradores tiveram que deixar suas casas por conta da barragem, forçada a abandonar um espaço. Em seguida, *Belo Monte: depois da inundação* relata o caso de Raimunda Silva, que,

por conta da barragem, ela e o marido, que é pescador, perderam duas casas, uma em Altamira e outra em uma habitação simples no interior de uma ilha que servia de base para o trabalho de pesca, mas com a inundação da barragem, a ilha ficou submersa e inviabilizou a atividade econômica da família. Em muitas partes de Altamira, esse fenômeno se repetiu, um número grande de famílias teve que se deslocar para o interior da cidade, deste modo, pescadores e ribeirinhos da região próxima ao rio foram realocados para assentamentos criados pela Norte Energia, em habitações precárias, mal construídas e com custo de manutenção alto.

Em relação a esses e outros impactos da usina, o filme chama a atenção sobre as promessas de contrapartidas por parte da empresa Norte Energia por conta da desestabilização econômica e socioambiental das famílias atingidas pelo empreendimento.

No documentário, o então presidente da Norte Energia em 2012, Carlos Nascimento, prometeu a implementação rápida das condicionantes através do chamado Planejamento Básico Ambiental (PBA), que dizia atender 117 projetos para mitigar os problemas causados pela usina. Entretanto, constata-se no filme que as chamadas condicionantes e planos de mitigação de danos provocado pela usina ou não foram aplicadas ou foram insuficientes para atender às populações desabrigadas por conta da hidrelétrica.

Como exemplos o filme mostra: o hospital construído para atender a demanda da população que chegava à região ainda se encontrava fechado em 2016; o sistema básico de saneamento que também fazia parte das condicionantes não foi realizado.

Sobre as nações indígenas, a Usina de Belo Monte significa, como aponta o filme, o extermínio cultural e físico dos grupos étnicos que moram próximo ao complexo. Distantes de Altamira, mas inserida na região da hidrelétrica, 10 mil indígenas de 11 grupos étnicos diferentes se localizam na jusante da barragem principal, como as TIs: Curuaía, Xipaya, Cachoeira Seca, Kararaô, Koatinemo, Araweté, Trincheira Bacaça e Apylerewa.

Entretanto, as mais ameaçadas são as TIs Arara e Juruna, que ficam na Curva Grande, onde o fluxo fluvial foi violentamente reduzido, pois parte do rio foi redirecionado para um canal artificial para alimentar o principal reservatório do projeto. A edificação dessa estrutura modificou o regime natural do rio, visto que ele aumenta e diminui seu nível a depender da ação da barragem da usina, o que afeta de modo drástico a vida dos indígenas Arara e Juruna, dado que, ao alterar a velocidade do rio, proporciona um conjunto de modificações ambientais que afeta diretamente o modo de sobrevivência das aldeias e por consequência modifica significativamente os hábitos e costumes desses povos.

Como atesta o depoimento de Bel Juruna no documentário, vice-líder da aldeia Muratu, por causa do reservatório que abre e fecha as comportas sem uma regularidade, o rio Xingu passou a ter um movimento semelhantes às marés, mas ela afirma que evidentemente, não se trata de um mar, Bel complementa: “só que a maré tem hora para subir e aqui não... o rio (sobe e desce) todo instante”. Com esse novo tipo de comportamento do rio, a atividade pesqueira, por exemplo, ficou comprometida, e o peixe é o principal alimento da aldeia.

Um outro fator que desencadeou o desaparecimento do peixe é o funcionamento da própria usina que leva uma grande quantidade de espécies animais e vegetais à morte. Desde o primeiro enchimento do reservatório de Belo Monte, mais de 16 bilhões de peixes foram encontrados mortos em 2016, o que levou o IBAMA a multar Belo Monte em R\$ 35 milhões.

O reservatório de Belo Monte estimula também a redução dos peixes por destruir áreas de reprodução e alimentação dessas espécies, segundo a bióloga Cristiane Costa Carneiro, que aborda a questão no documentário: “mais de 50 piracemas que ficavam localizadas nesse trecho foram extintas porque as ilhas foram retiradas, os peixes não terão onde reproduzir, e já no trecho de vazão reduzidas, as áreas de alimentação de pacu, Piáu, Curumatã e Tricham, já não estão mais disponíveis, então a lagoa não alagou o suficiente esses ambiente para que esses animais se alimentem. Então esses são os impactos que vem acontecendo nesse início de Belo Monte”.

No documentário *Belo Monte: depois da inundação*, a promotora federal Thaís Santi assevera que era medida *sine qua non* para a construção da usina de Belo Monte na Amazônia um plano de proteção às TIs, assim como às Unidades de Conservação, entretanto esse projeto não foi levado em consideração, portanto reforçou a indiferença do Estado em relação aos povos do Xingu que foram atingidos pela usina construída pela própria estrutura estatal.

Como enfoca o documentário, diante do descaso do poder público e da iniciativa privada que não cumpre a legislação, os grupos indígenas fizeram dezenas de protestos em 2012, ocupando canteiros de obras da usina, organizando marchas políticas que questionavam a ausência da aplicação das condicionantes que foram prometidos como elementos imprescindíveis para a construção da usina, reclamando também da falta de consulta aos indígenas sobre os avanços das obras e dos impactos ambientais possíveis de ocorrer.

Os indígenas reivindicavam os compromissos registrado nos contratos oficiais de elaboração do complexo e a ação da FUNAI diante de promessas não cumpridas pelo consórcio responsável por Belo Monte, cabendo ao órgão federal suspender o licenciamento da usina.

O movimento ganha repercussão na mídia e consegue pressionar o governo e o consórcio, que os recebem em uma reunião com os representantes da Norte Energia, inclusive com a presença do presidente Carlos Nascimento. Diante da pressão política dos indígenas, a Norte Energia elaborou um plano emergencial que supostamente serviria para atender os problemas mais agudos das etnias indígenas do Xingu causados pela construção da hidrelétrica.

Entretanto, a ação da Norte Energia foi de comprar o apoio de parte dos indígenas e de quebrar a aliança entre eles. O consórcio ao oferecer aos indígenas barcos, gasolina e óleo para os motores, televisores, carros e pagamento de R\$ 30 mil por aldeia comprou o silêncio de parte deles e desmobilizou o movimento.

O documentário destaca o conflito entre partes desiguais, de um lado, uma empresa bilionária e, do outro, grupos indígenas desesperados com as suas condições de vida que foram totalmente modificadas por conta da construção de um grande empreendimento que destrói o meio ambiente e sua cultura. Soma-se isso a ausência de representantes do governo federal e, portanto, mais uma vez, fica patente que a negligência estatal em socorrer os povos atingidos pela hidrelétrica é sistemática. Evidencia-se que a não presença do Estado, representado pelo governo de Dilma Rousseff, significou a conivência deste com a iniciativa privada, renunciando o seu papel legal e obrigatório de intervir a favor do equilíbrio das relações sociais, e, neste caso, conceder atenção ao lado mais fragilizado do conflito.

Dando prosseguimento ao desfecho desse encontro entre os indígenas e o consórcio, o documentário mostra a cisão dos grupos étnicos depois desse evento. Bel Juruna demonstra indignação com o resultado do encontro: “a gente está decepcionado com toda essa situação, querem fazer negociações baratas, isso é o mínimo, nós queremos nossos direitos, as condicionantes que eram para serem cumpridas e, condicionantes nenhuma”. Em seguida aparece o presidente da Norte Energia: “quando falo em confiar em mim, é confiar em nossa empresa, nas pessoas que estão trabalhando conosco, acreditar no governo”.

Nesse trecho do filme, fica constado de maneira mais aberta o conflito socioambiental em torno de Belo Monte; de um lado, os ribeirinhos, pescadores, pequenos agricultores e os indígenas e, do outro, as empresas que formam o consórcio e o Estado brasileiro.

O documentário registra a insistência do poder econômico e do Estado em enfraquecer a organização política dos diversos movimentos sociais e implementar um empreendimento no interior da floresta Amazônica a todo custo. Segundo a narração do documentário *Belo Monte: depois da inundação*, o plano de emergência foi “minando a autonomia dos povos indígenas, possibilitando a Norte Energia e

ao governo um maior controle de suas vidas constituindo uma sistemática duradora e deliberada de destruição de suas culturas, ou em suma: etnocídio”.

O final do documentário aponta como essa reunião em 2012 entre indígenas e representantes da Norte Energia, que parecia ser uma conquista de várias etnias atingidas pela hidrelétrica, foi na verdade fator de desmobilização política e divisão dos povos indígenas, 18 aldeias foram subdivididas em 48 aldeias pela discordância entre os grupos em decorrência da aceitação ou não das ofertas feitas pelo consórcio.

Com isso as empresas e o governo quebraram a união dos movimentos indígenas e corromperam uma parte das etnias com oferta de carros, barcos, combustíveis, dinheiro e moradias que não tinham relação com as habitações tradicionais, pois essas não atendem ao clima quente da região, além de serem construídas sem a consulta dos povos indígenas.

Belo Monte: depois da inundação conclui alertando para outros projetos de hidrelétricas cobçados por empresas e com a chancela do Estado brasileiro. Esses projetos estão em andamento na jusante do Rio Tapajós, tais como as usinas hidrelétricas: São Luiz Tapajós, Jatobé, Jamanxim, Cachoeira dos Patos, Cachoeira do Cai, Jardim de Ouro e Chocorão. Essas usinas seriam responsáveis pela inundação de parques nacionais e outras áreas protegidas, assim como, as barragens atingiriam territórios de comunidades tradicionais e indígenas mais uma vez.

Com a possível construção de uma usina hidrelétrica no Tapajós, há previsão que ocorra problemas semelhantes aos que se sucederam em Belo Monte – do mesmo modo quando houve a construção e a implementação das usinas de Jirau e Santo Antônio em Rondônia, que havia a expectativa que os impactos socioambientais produzidos por hidrelétricas nesses dois casos fossem ocorrer semelhantemente em Belo Monte, como demonstra o filme anterior analisado, *Belo Monte: um anúncio de uma guerra*.

Problemas já relacionados neste texto: alagamento de grandes áreas de floresta que atingem principalmente indígenas, ribeirinhos e outras sociedades tradicionais, dificuldades de realizar atividades de caça e pesca para sobrevivência desses grupos, desconfiança em relação ao governo, este sendo visto como inimigo que pode a qualquer momento construir barragens, o que modifica os hábitos das diversas culturas e até mesmo a sobrevivência delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ganância do capital nacional e estrangeiro ao realizar empreendimentos predatórios na Amazônia, bem como a cumplicidade do Estado brasileiro

que, por um lado, incentiva e financia com recursos públicos parte desses negócios e, por outro, se omite em realizar um combate eficiente em relação aos crimes contra o meio ambiente e às populações tradicionais apontam que leis e planejamentos estratégicos governamentais são insuficientes para deter a devastação da floresta e o aniquilamento de suas populações. Ou, para ser mais preciso, como registrou os dois documentários analisados, o Estado e o Capital não têm compromissos com as populações tradicionais e com a preservação da floresta Amazônica, pois a meta é o lucro a todo custo. E mesmo que tenham sido refigurados nesses filmes, momentos (que foram poucos) de atuação governamental a favor dos movimentos sociais, o que prepondera são imagens e sons da cumplicidade do Estado com o capitalismo.

Os dois filmes analisados neste trabalho trazem informações que se complementam e também citam fatos históricos em comum, como a forte resistência dos indígenas, ribeirinhos e pequenos pescadores contra a implementação da usina ao longo de décadas, desde o momento que se levantou a possibilidade de sua criação na década de 1970. Os dois documentários mostram com fartas imagens as atuações políticas desses segmentos sociais que tiveram suas vidas atingidas pela construção e implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Esses grupos denunciaram os impactos ambientais provocados por Belo Monte, como a morte de milhares de peixes, a alteração do fluxo das águas do Rio Xingu, a falta de consulta aos indígenas, ribeirinhos e pescadores nas decisões sobre a construção da hidrelétrica, o descumprimento das condicionantes que seriam as contrapartidas dos danos causados por Belo Monte às populações mais vulneráveis à degradação socioambiental.

Além disso, os dois filmes apontam que funcionários e técnicos do IBAMA, ao avaliarem os riscos socioambientais que o projeto trazia ao ser implementado, foram demitidos ou pediram demissão. Em seu lugar, o Governo Dilma Rousseff colocou diretores e funcionários que se comprometeram em legalizar a construção de Belo Monte, ainda que esses soubessem que a hidrelétrica significava a destruição de parte dos biomas naturais da região do Xingu e a ameaça à sobrevivência das populações tradicionais, apontado, portanto, para a inviabilidade do projeto.

A destruição da floresta Amazônica se deve a vários fatores, dentre eles: a extração intensa de madeiras, de minérios, das queimadas, ação de grileiros em áreas de proteção ambiental, o agronegócio, que desmata e contamina a região com um número alto de agrotóxicos e com uma produção voltada para o exterior de carne e soja.

Os documentários *Belo Monte: anúncio de uma guerra* e *Belo Monte: depois da inundação* são dois registros fundamentais para compreender que, além das madeiras, garimpo e o agronegócio, há também as usinas hidrelétricas como fator decisivo destruição da Amazônia.

Por outro lado, os dois filmes mostram também que as populações atingidas por Belo Monte, como indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores e pescadores, atuaram e atuam contra esses e outros empreendimentos com muita determinação. Especialmente as etnias indígenas em vários segmentos dos dois documentários demonstraram disposição para lutar literalmente, seja pintando os corpos para o combate, seja nas palavras de ordem proferidas por alguns líderes indígenas demonstrando que estavam prontos para uma guerra física.

Belo Monte: uma guerra anunciada e *Belo Monte: depois da inundação* colocam em relevo algo que passa despercebido em muitas análises sobre movimentos sociais. Os documentários constataam a forte atuação política dos indígenas da região, a disposição para o enfrentamento ao adversário, sem hesitações e em ações assertivas com arco e flecha na mão e aos gritos de morte aos inimigos.

Constata-se que há uma constante atuação política desses grupos que não é registrada pela grande mídia; e que, sem essa mobilização desses atores políticos, os efeitos danosos da construção de Belo Monte e de outras usinas que estão planejadas de serem erguidas a situação socioambiental da Amazônia estaria muito pior.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. A Política Ambiental Sitiada no Governo Federal. **O Globo**, 08 jan. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/a-politica-ambiental-sitiada-no-governo-federal-7218302>. Acesso em: 19 nov. 2020.

BRAGANÇA, D.; MENEGASSI, D. Nanico e militarizado: reestruturação do ICMBio entra em vigor. **O Eco**, 12 maio 2020. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/nanico-e-simmilitarizado-reestruturacao-do-icmbio-entra-em-vigor/>. Acesso: 31 jul. 2022.

CHAVES, M. do P. S.; BARROS, J. F.; FABRÉ, N. Conflitos socioambientais e identidades políticas na Amazônia. **Achegas.net**, [S. l.], v. 37, p. 42-57, 2008. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/37/maria_37.pdf. Acesso em: 07 mar. 2018.

CHOUERI, R. **Conflito, licença ambiental e energia na Amazônia**. 2019. 249 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FEARNSIDE, P. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 141-156, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2013000400009>. Acesso em: 14 jul. 2022.

JAMESON, F. **As marcas do visível**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

PICHONELLI, M. Ambientalistas criticam discurso de Lula. **Folha de São Paulo**, 25 nov. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2511200605.htm>. Acesso em: 25 dez. 2023.

RAMOS, A. Amazônia sob Bolsonaro. **Aisthesis**, [S. l.], n. 70, p. 287-310, 2021. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-71812021000200287&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso: 31 jul. 2022.

ROSA, M. Presidente do IBAMA se demite sob pressão para construção de Belo Monte. **Ciclovivo**, 14 jan. 2021. Disponível em: https://ciclovivo.com.br/planeta/meio-ambiente/presidente_do_ibama_se_demite_sob_pressao_para_construcao_de_belo_monte/ Acesso: 31 jul. 2022.

TRABALHADOR morre em Belo Monte e os trabalhadores decretam greve geral. **Repórter Brasil**, 29 mar. 2012. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2012/03/trabalhador-morre-em-belo-monte-e-operarios-declaram-greve-geral/>. Acesso em: 29 mar. 2022.